

## Habilidades sociais em grupos de pesquisa consolidados

DANIEL GUSTAVO MOCELIN\*

**Resumo:** O artigo analisa a organização das atividades científicas a partir do processo de institucionalização de cinco grupos de pesquisa consolidados, sediados na UFRGS. O estudo mobilizou conceitos da perspectiva neoinstitucionalista para pensar sobre a relação entre os pesquisadores e as estruturas sociais onde eles estão imersos. O foco temático proporciona a aproximação de pesquisadores e novas gerações, fazendo com que o surgimento dos grupos não seja produto de um encontro casual, mas de habilidade social, em busca de cooperação, produtividade e interesses de carreira. Esse modelo de organização da atividade científica exemplifica a amplitude que pode ser alcançada quando a pesquisa é realizada de forma cooperativa.

**Palavras-chave:** cooperação; pesquisadores; grupo de pesquisa; atividade científica.

### Social skills in consolidated groups of research

**Abstract:** The article analyzes the organization of the scientific activities from the process of institutionalization of five consolidate groups of research, hosted in the UFRGS. The study mobilized concepts from the “new-institutionalist” perspective to think about the relationship between researchers and the social structures in which they are embedded. The thematic focus propitiated the approach of the researchers and new generations, making with that its sprouting was not product of an accidental meeting of the researchers, but of social skill, in search of cooperation, productivity and career interests. This model of organization of the scientific activities would is example the amplitude that can be reached when the research is carried through of cooperative form.

**Key words:** cooperation; researchers; group of research; scientific activity.



\* DANIEL GUSTAVO MOCELIN é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de pesquisa Sociedade, Economia e Trabalho (GPSET-UFRGS/DGPB-CNPq) e do Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Ciências Sociais (Laviecs-UFRGS/DGPB-CNPq).

O aumento na quantidade de grupos de pesquisa é uma tendência marcante na organização da atividade científica brasileira, nas últimas décadas. Esse movimento teve início quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lançou o Diretório de Grupo de Pesquisa no Brasil (DGPB), em 1993 (GUIMARÃES, 1994; FRANCO, 1997; FRANCO; MOCELIN, 2006). No entanto, a observação empírica mostra que muitos grupos registrados não passam de uma lista de nomes, um amontoado de pesquisadores e de estudantes, que, na prática, não realizam a pesquisa em conjunto, não possuem planejamento regular de estudos e nem mesmo compartilham uma agenda de pesquisa. Além disso, a pesquisa ainda é muito realizada individualmente por cientistas e por estudantes que orbitam um orientador. Porém, mais do que um registro formal, paira no horizonte a expectativa de que a pesquisa em grupo possa vir a ser uma prática científica mais regular, produtiva e institucionalizada.

Aspectos qualitativos são indispensáveis se a intenção for acreditar nos grupos de pesquisa como uma prática promissora de produção do conhecimento científico e tecnológico, nas instituições universitárias. Neste sentido, *um grupo* de pesquisa não se restringe nem ao seu registro formal nem ao professor, seu gabinete, a estante de livros, os alunos que orienta e um leque investigativo desconexo. Pelo contrário, *o grupo* constitui-se por trajetórias profissionais articuladas, atividades científicas regulares, relações de confiança, projetos integrados, recursos compartilhados, colaboração técnica, convergência temática, afinidade paradigmática e resultados coletivos.

Essa última descrição ilustra o típico *protótipo* de um grupo de pesquisa que possa ser definido como “consolidado”, que nada mais é do que uma equipe coesa, orgânica e produtiva, que não necessariamente cresce em tamanho, mas que evolui em complexidade. Essa complexidade envolve tudo aquilo que o grupo acumula no tempo e que demarca no espaço, por meio da ação intencional dos seus participantes, lideranças, pesquisadores e estudantes. A organização em torno de uma mesma temática de pesquisa, somada à mobilização em torno de *projetos casados*, como esforço para fortalecer a produção e o destaque científico, propicia a aproximação desses agentes em grupos disciplinares, interdisciplinares, multidisciplinares e interinstitucionais.

Este artigo se insere na discussão sobre a expansão no número de grupos de pesquisa registrados na passagem da década de 1990 para a década dos 2000, buscando identificar de que forma se instituem *grupos consolidados* e em que medida a formação de grupos com esse perfil pode ser considerada uma *boa alternativa* para a organização da atividade científica no país, para os próximos anos. Para almejar esses dois objetivos, foram tomados como objeto de investigação cinco grupos consolidados de diferentes áreas de conhecimento, todos sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e criados há mais de 10 anos. O estudo foi realizado a partir de depoimentos biográficos, entrevistas em profundidade e análise de documentos pertinentes à história dos grupos, tais como currículos de pesquisadores e de egressos. A escolha de casos exemplares como referência analítica foi uma opção metodológica, alinhada aos objetivos do estudo e à perspectiva teórica mobilizada. Analisar casos de

grupos desestruturados, não evidenciará informações mais relevantes sobre os grupos consolidados, ao passo que o estudo a partir de experiências exitosas permite identificar padrões de consolidação e indicadores de qualidade.

O artigo propõe, portanto, tecer algumas considerações sobre como os participantes de grupos consolidados agem habilmente na produção e na reprodução de quadros cognitivos capazes de integrar suas estratégias de pesquisa colaborativa. Compreender o desenvolvimento desses grupos requer observar fatos relevantes da sua história e configuração, identificar as motivações para a criação do grupo e monitorar as ações que dão continuidade às suas atividades científicas, sem desconsiderar as características do contexto institucional (SANTOS, 1994; SANTOS; ROCHA, 1997; NEVES, 1998). Se a afinidade temática é importante para desvendar a origem e compreender a continuidade de grupos (MOCELIN; FRANCO, 2006a), igualmente relevante é identificar as alianças estabelecidas entre os seus participantes para enfrentar a concorrência acadêmica por recursos e por posições (MOCELIN, 2009a). Da mesma forma, um grupo consolidado precisa ser pensado com base nos resultados coletivos e individuais que sua prática colaborativa promete aos participantes. O grupo retém, congrega e projeta adeptos a partir do momento em que potenciais participantes identifiquem *recompensas futuras*, como um retorno concreto por sua adesão ao grupo.

A consolidação do grupo depende de resultados evidentes para os participantes. No caso dos pesquisadores, resultados são expressos na difusão da produção acadêmica, no

impacto das publicações e na quantidade de orientações. Esses melhores índices de produtividade repercutem em maior reconhecimento pelos pares, favorecendo obtenção de fomento, acesso à bolsa de produtividade e pontuação para os Programas de pós-graduação. No caso dos estudantes, os resultados mais evidentes giram em torno da provável diminuição do tempo médio de titulação e de inserção no campo profissional, que amplia as chances de vinculação institucional. Nesse sentido, o grupo consolidado não circunscreve um encontro casual dos pesquisadores, mas ilustra alianças para a produção científica sustentável da equipe e oportunidades valiosas às novas gerações de pesquisadores (MOCELIN; FRANCO, 2006a; MOCELIN, 2009b). Essa promessa hipotética encontra lastro em projetos coordenados por pesquisadores *seniores*, que estão com objetos delimitados, debate teórico e conceitual fundamentado, metodologia de investigação definida, resultados publicados, deferência científica nas redes de pesquisa, além de, em geral, já possuírem algum fomento, e que podem integrar subprojetos desenvolvidos por jovens pesquisadores e estudantes (MOCELIN, 2012).

Se por um lado existe um custo aos potenciais participantes do grupo, especialmente no que se refere à escolha do objeto de estudo e à adoção de uma perspectiva interpretativa, por outro lado, existem recompensas: redes formadas, sistematização bibliográfica avançada, conceitos operacionalizados, bancos de dados disponíveis, recursos para trabalho de campo, contatos nacionais e internacionais. Engajar-se em um projeto já concebido e em andamento pode significar, *a priori*, alguma restrição na autonomia intelectual para um jovem pesquisador,

mas as condições de pesquisa que ele encontra, em um grupo consolidado, podem ser mais favoráveis à projeção da sua carreira, do que empreender um estudo individualmente e do zero.

Essas alternativas conformam um quadro observável pelo agente na escolha por aderir ou não ao grupo. Esse processo decisório está intimamente relacionado com seus interesses, ambições, estratégias e perspectivas profissionais. Com esse argumento, torna-se fundamental estudar as relações que ocorrem nos grupos consolidados pelo ponto de vista de seus diferentes participantes, da função que desempenham e do papel que têm na história do grupo. Parece limitado, e de certa forma equívocado, pensar o grupo como uma entidade em que alguns agentes estão subordinados, como se eles fossem sujeitos inertes, incapazes de conceber seu espaço, a partir de suas escolhas e de seu empenho. Não é crível compreender a qualidade da atividade científica em grupo sem considerar a habilidade com que seus participantes desenvolvem estratégias para mobilizar regras institucionais e recursos materiais, relacionais e simbólicos.

### Neoinstitucionalismo e a análise dos grupos

A perspectiva neoinstitucionalista aciona conceitos úteis para interpretar as interações em grupos de pesquisa. O conceito de habilidades sociais (FLIGSTEIN, 2007) presume que os atores sociais induzem a cooperação de outros para produzir hábil (GIDDENS, 2003) e criativamente (JOAS, 1996) seus mundos sociais. As práticas sociais derivam do conhecimento que os atores possuem delas e, pela *reflexividade*, eles as reexaminam, a partir de novas informações. Eles conhecem as circunstâncias da sua ação e da ação de outros e se empenham na produção e

reprodução da ação (GIDDENS, 2003). Neste sentido, “*a habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais locais*” (FLIGSTEIN, 2007, p. 62). Compreender a prática acadêmica nos grupos consolidados envolve considerar a contribuição dos participantes, independentemente de eles estarem empenhados no desenvolvimento da sua carreira, prescrevendo um novo arranjo institucional, negociando um modo de produzir conhecimento ou impondo um paradigma de pesquisa. A regularidade dessas práticas exige que os agentes articulem um contexto profícuo de ação, e isso requer que outros sejam induzidos a cooperar. Aderir ao grupo pode exigir algum sacrifício, das partes.

Os atores envolvidos em uma relação de cooperação necessariamente precisam superar qualquer condição atribuída, para desempenhar na interação com os outros a função de um agente capaz de articular alianças estratégicas. Algumas vezes, as lideranças utilizam coerções e sanções para compelir a participação de outros, mas, outras vezes, elas prescrevem identidades e confeccionam quadros cognitivos capazes de motivar e conseguir a adesão de novos participantes. “*Atores sem recursos são (...) coagidos por instituições, mas, em certas circunstâncias, podem utilizar as regras existentes de forma não planejada para criar novas*” (FLIGSTEIN, 2007, p. 63).

A pesquisa empírica demonstrou que a recorrência da prática de pesquisa em grupos consolidados está condicionada por eixos temáticos que são aglutinados e se articulam a projetos de pesquisa integradores, geralmente organizados pelas lideranças de um grupo, mas que não podem ser realizados isoladamente.

A execução dos projetos de maneira compartilhada, entre pesquisadores *seniores* e adeptos, proporciona um significado especial para a produção do conhecimento e para a ocupação de espaços. Por estarem mais talhados pelo contexto institucional, os pesquisadores mais experientes conhecem alguns atalhos, e são hábeis em informá-los pela prática. Em sentido complementar, os novos participantes, por estarem mais imbuídos na construção de sua carreira institucional, são mais propensos a inovar e são hábeis em demonstrar seu empenho e criatividade. Jovens pesquisadores trazem fôlego e renovam a energia para percorrer novas linhas de pesquisa. Porém, a sua aceitação envolve potencializar o trabalho de pesquisa, mas também o interesse de reinventar as pesquisas. “*É a habilidade social de atores-chave que permite que os grupos funcionem; é sua habilidade (...) ao definir os interesses e as identidades coletivas que permite o surgimento e a reprodução das instituições*” (FLIGSTEIN, 2007, p. 67).

Uma prática consolidada amplia não só a capacidade de disputa por recursos, mas também o reconhecimento das ideias compartilhadas, tendo, inclusive, como efeito, o potencial de alçar jovens pesquisadores e estudantes vinculados a grupos, a melhores posições acadêmicas, e de forma mais rápida. Os participantes dos grupos não fazem coisas que não tenham sentido para eles. O que se faz no grupo é importante para os agentes que estão nele, por isso, os envolvidos participam, perseguem e investem nessas relações. A capacidade reprodutiva do grupo depende muito de uma *crença* que precisa ser incorporada por todos os seus participantes. Se não tiverem na sua cabeça as estruturas desse “jogo”, tudo parecerá sem sentido e fútil, desvalorizado. Trata-se de uma disposição habilmente estruturada,

guiada por uma sensação de “*estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar*” (BOURDIEU, 1996, p. 139).

As seções seguintes focam na institucionalização dos grupos de pesquisa e exploram outros achados da incursão empírica realizada, para posteriormente descrever três fatores relacionados ao processo de consolidação dos grupos investigados, expondo as *qualidades* de suas práticas de pesquisa, sistematizando padrões do que se faz e como se faz, e os resultados de destaque alcançados.

### **Depois dos estudos sociais da Ciência, o estudo dos grupos**

A Sociologia da Ciência tomou por objeto de investigação os indivíduos que executam a prática científica, buscando interpretar formas históricas da organização e da interação dos praticantes da Ciência. Estudos clássicos analisaram o *ethos* científico como um padrão de comportamento típico de “comunidade”, voltado a valores como “amor à Ciência”, paixão pelo conhecimento e curiosidade intelectual (MERTON, 1973). Posteriormente, estudos abordaram a estrutura evolutiva da Ciência, definindo o conceito de “paradigma”, para explicitar que ela opera por saltos qualitativos, que forçam os cientistas a reformular suas práticas e visões da atividade científica e priorizar temas emergentes, incorporando novos métodos e hipóteses (KUHN, 1992). Outros estudos dedicaram-se a analisar as relações de poder que existem entre os agentes da Ciência, acionando o conceito de “campo” para delimitar o espaço de concorrência pelo monopólio da autoridade e da competência científica (BOURDIEU, 1983). O

funcionamento da “comunidade acadêmica” produz uma forma específica de interesse e uma luta pela dominação científica. O capital científico é distribuído na estrutura do campo a partir de reputação, prestígio, autoridade e competência, com base em critérios negociados pelos próprios pares/concorrentes (BOURDIEU, 2011).

Alternativamente, estudos etnográficos reorientaram a análise da organização da atividade científica para o laboratório de pesquisa, buscando compreender como se *produz* o conhecimento *in loco*. O cientista foi descrito como um investidor que avalia e define estratégias de carreira, a partir de relações recíprocas com outros cientistas e com agências, visando aumentar sua credibilidade (LATOURET; WOOLGAR, 1997). Também foi analisada a forma como os pesquisadores lidam com a distribuição de verbas e a política científica (KNORR-CETINA, 1981a), sendo o que produzem “*construções contextualmente específicas que têm como característica a situação contingente e a estrutura de interesse do processo pela qual foram geradas*” (KNORR-CETINA, 1981b, p. 5). Essas diferentes perspectivas evidenciam a coexistência de modos paralelos de conceber a atividade científica, afetando o tipo de conhecimento que se produz como também a maneira como é produzido (GIBBONS, 1994).

Desde que a organização da atividade científica no Brasil começou a ser fortemente ilustrada pelo crescente registro dos grupos de pesquisa, diversos pesquisadores se debruçaram à análise desse fenômeno, buscando conhecer mais de perto suas configurações. Entre os primeiros trabalhos, a tendência de formação de

grupos foi abordada como um movimento de agregação na “arena científica”, indicando que a pesquisa estaria pendendo cada vez mais para o trabalho compartilhado, ao invés do individual (ZARUR, 1994). No entanto, a formação de grupos na ciência brasileira teria seguido uma linha diferente da adotada nos países desenvolvidos. No Brasil, os grupos foram sedimentados a partir de um sistema de relações semelhante ao de “famílias” ou “genealogias”. Mesmo apresentando competência científica, o modo brasileiro difere do modo internacional de *networks* reunidas em torno de problemas comuns, as quais mantêm o pesquisador como unidade sociológica (ZARUR, 1994).

Essa tendência à formação de grupos também foi relacionada a estímulos provocados por condições institucionais e tecnológicas emergentes (SANTOS; ROCHA, 1997; NEVES, 1999). Estudos sobre a morfologia de grupos indicavam que a organização do trabalho científico passava a operar a partir de equipes articuladas em redes altamente internacionalizadas, demonstrando um padrão de produção ancorado na qualificação e na motivação dos investigadores e marcado pela flexibilidade (SANTOS; ROCHA, 1997). A forma de grupo supõe uma estrutura de administração da pesquisa mais ágil e dinâmica, além de favorecer o pluralismo teórico-metodológico em todas as áreas do conhecimento (SANTOS, 1994). Porém, se destacava naquele momento que a produção de pesquisa compartilhada era mais comum nas Ciências Exatas e que nas Ciências Humanas ainda predominava a pesquisa individual (NEVES, 1998). Mesmo assim, ficava latente a expectativa dos pesquisadores no potencial que a configuração da atividade científica baseada na

organização da pesquisa em grupos indicava:

o avanço da ciência, hoje em dia, é cada vez mais produto de equipes de pesquisadores com grande capacidade criativa e, paralelamente, com uma rotina de trabalho altamente disciplinada e especializada. Os estudos das condições que propiciam o surgimento de grupos produtivos têm demonstrado que é muito importante a confluência de lideranças, de políticas institucionais que possibilitem a formação de recursos humanos e sustentem projetos institucionais; a existência de apoios internos e externos eficazes para reforçar a atuação destes grupos. Dessa combinação que surgem as circunstâncias propícias para o avanço da pesquisa (NEVES, 1998, p. 158-159).

O modelo de grupo era reverenciado enquanto uma esfera eletiva de um coletivo acadêmico, como uma espécie de unidade do “campo científico” destinada também à significação identitária dos seus participantes, uma vez que o grupo *“está no espaço privilegiado da possibilidade de justatensão entre a gênese produtiva emancipatória e os padrões de legitimação estabelecidos pela comunidade científica”* (FRANCO, 2001, p. 100). Estudos de caso argumentaram ainda que o grupo consolidado *“não nasceria, primeiramente, de sua condição formal, mas de uma trajetória vivida e construída por indivíduos interessados em produzir conhecimento, defender ideias e ocupar espaços”* (MOCELIN, 2009b, p. 254), considerando que *“é apenas desta forma que se constroem grupos de pesquisa com uma prática científica própria”* (MOCELIN, 2012, p. 11).

Contudo, a tendência à formação de grupos não representava necessariamente uma adesão integral à organização do trabalho em equipe nas universidades. Já era evidente a existência de grupos mais ou menos funcionais, uns mais produtivos que outros, mais ou menos centralizados (FRANCO, 2000). A institucionalização desse padrão da atividade científica foi relacionada às universidades de maior complexidade institucional, com maior número de doutores, programas de Pós-graduação e cursos de Graduação (NEUTZLING; MOCELIN, 2001). A criação de grupos também foi correlacionada ao crescimento do número de pesquisadores e à intensificação da concorrência por recursos para a pesquisa (MOCELIN, 2009a), embora também possa ser tratada como uma variante híbrida das concepções de como se concebe a produção da Ciência na esfera acadêmica (BARCELOS; MOCELIN, 2016).

Considerando tais aspectos teóricos e empíricos, destaca-se ainda que os grupos não devam ser confundidos com redes de pesquisa, embora ambas as formas de organização envolvam cientistas e se concentrem em temáticas afins. Eles estão mais próximos da ideia de núcleos e laboratórios. Os grupos são sediados em instituições, mas não têm uma existência administrativa na estrutura universitária. As redes são conexões que fluem virtualmente e à margem das instituições. Da mesma forma que os pesquisadores, os grupos são participantes de redes. O grupo gera o conteúdo, resultados de pesquisas, que circula nas redes, onde os grupos almejam espaços. Na rede são debatidos os conhecimentos produzidos por pesquisadores individuais e/ou vinculados a grupos. Na rede, estudos são debatidos com base em perspectivas

teóricas e abordagens diversas, enquanto no grupo são trabalhados em profundidade a partir de teoria, metodologia e objetos convergentes. A morfologia dos grupos de pesquisa demonstra que essa organização da pesquisa em equipe assume uma *configuração dinâmica*, que tem a cooperação, a autorregulação e a flexibilidade como princípios que orientam as interações que mantêm os grupos e reproduzem suas práticas.

### **A formalização dos grupos de pesquisa no Brasil**

Em 1992, o CNPq lançou o DGPB, vinculado à plataforma de currículos *Lattes*, tendo por objetivo constituir um sistema de informação sobre as atividades científicas e tecnológicas no âmbito das universidades e institutos de pesquisa. O Diretório tem caráter censitário e cobertura nacional, e visa fornecer o mapeamento periódico da trajetória da pesquisa, identificar áreas descobertas ou hipercobertas, e acompanhar o mapa em movimento, observando a dinâmica da criação, extinção, aparecimento e reordenamento dos grupos. Além disso, o DGBP traria uma *“orientação segura para as operações de fomento e de financiamento, bem como para a instituição de novos projetos por parte*

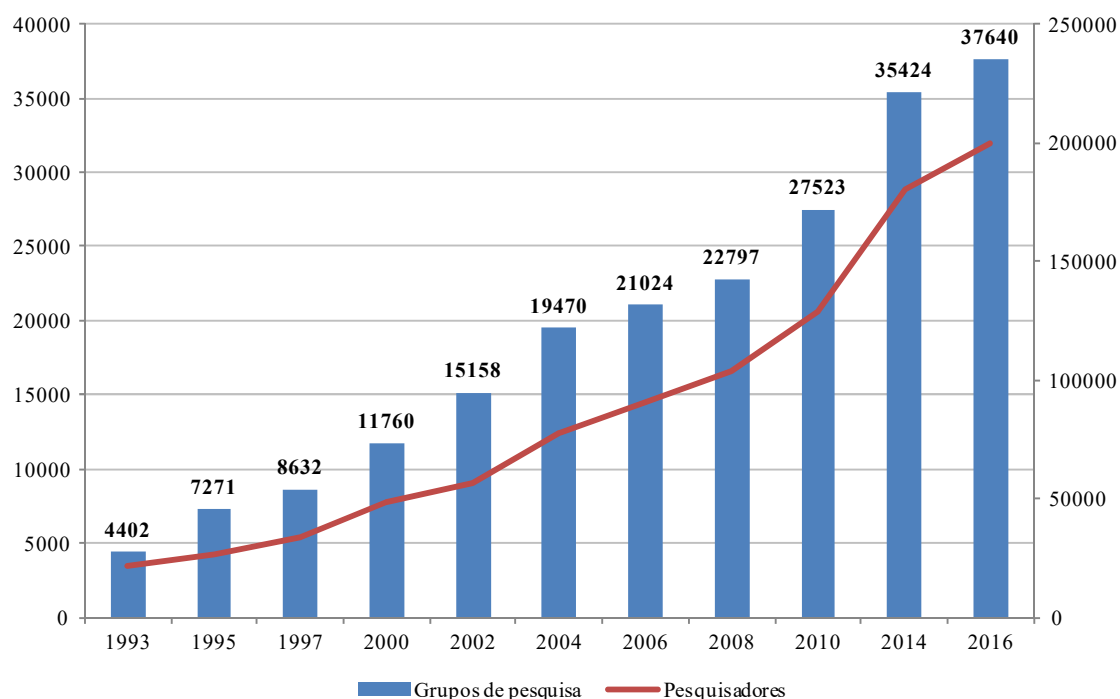
*das administrações federal e estaduais”* (GUIMARÃES, 1994, p. 112). No DGPB, “grupo de pesquisa” é uma unidade de produção de conhecimento, formada por pesquisadores líderes, pesquisadores *seniores* e assistentes, estudantes de doutorado e de mestrado, bolsistas de iniciação científica e pessoal técnico, que compartilham investigações sobre linhas de pesquisa, caracterizando um:

conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente, onde o fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico e tecnológico, em que há envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa, no qual o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa, e que em algum grau compartilham instalações e equipamentos (DGPB/CNPq).

Entre 1993 e 2016, o número de grupos cadastrados no Diretório cresceu amplamente: dos 4402 grupos cadastrados na Versão de 1993, se chegou a 21024 grupos, no senso 2006, passando a 37640, em 2016; situação semelhante ocorre com o número de pesquisadores, que expandiu de 21mil para 200mil, no período (Gráfico 1).



Gráfico 1: Evolução do número de grupos e de pesquisadores – Brasil, 1993-2016.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados junto aos Censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq.

Segundo pôde-se observar, a maior parte dos grupos foi criada nas décadas de 2000 e 2010. Cerca de 20% foram criados na década de 1990, e quase 75% depois do ano 2000. Considerando-se a

crescente adesão de pesquisadores ao cadastro de grupos, pode-se afirmar que cerca de 90% dos grupos foram constituídos após a criação do DGPB e apenas 2% dos grupos antes de 1990.

Tabela 1: Distribuição dos grupos segundo o ano de formação, 2006 e 2016.

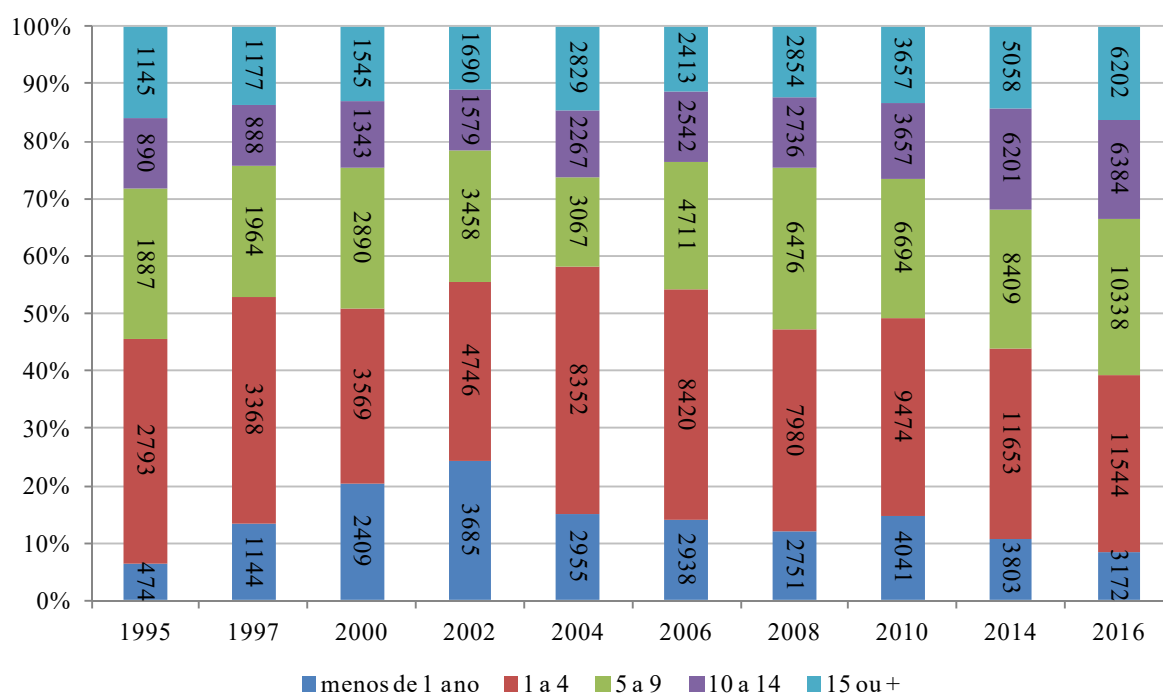
Ano de formação	Número de grupos		Participação %		Acumulado	
	2006	2016	2006	2016	2006	2016
2015-2017	-	5.787	-	15,4	-	15,4
2011-2014	-	11.159	-	29,7	-	45,0
2007-2010	-	8.108	-	21,5	-	66,6
2003-2006	8.057	4.465	38,3	11,9	38,3	78,4
1999-2002	6.634	3.956	31,6	10,5	69,9	88,9
1995-1998	2.618	1.740	12,5	4,6	82,3	93,6
1991-1994	1.554	1.101	7,4	2,9	89,7	96,5
1987-1990	898	563	4,3	1,5	94,0	98,0
1983-1986	505	314	2,4	0,8	96,4	98,8
1979-1982	330	202	1,6	0,7	98,0	99,4
até 1978	428	245	2,0	0,7	100,0	100,0
<b>Total</b>	<b>21.024</b>	<b>37640</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados junto aos Censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq.

Entre 1995 e 2002, houve significativo aumento no cadastro de grupos, dado que o número de grupos com menos de um ano atingiu 25%, em 2002, e passou a reduzir constantemente até 2014, estabilizando-se em menos de 10% em 2016 (Gráfico 2). A redução, nos censos de 2004 até 2016, de grupos criados no ano, combinado com o aumento do número de grupos com mais de um e até

quatro anos de existência, nos respectivos anos, demonstra que há *continuidade* dos grupos criados anteriormente, mas também que não deixaram de ser criados novos. Isso aponta, por um lado, para a sedimentação dos grupos mais jovens, criados nos anos anteriores, e, por outro lado, para a continuidade na prática de formalização de grupos.

**Gráfico 2:** Distribuição do número de grupos por tempo de criação (anos de existência) – Brasil, 1995-2016.

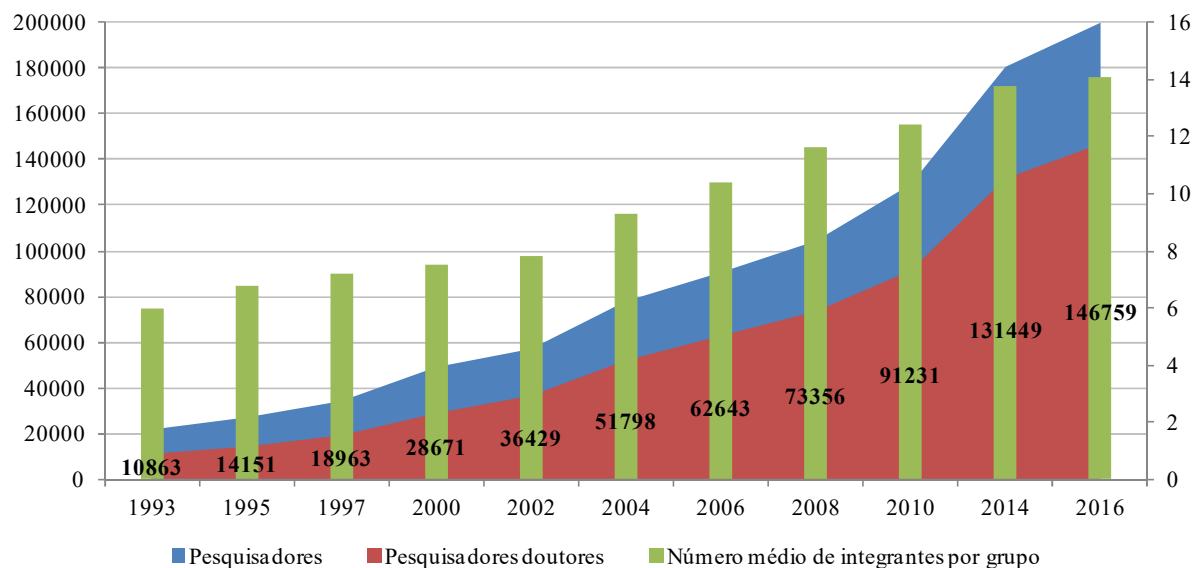


**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados junto aos Censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq.

Entre 1995 e 2016 houve aumento no número de grupos com mais de 15 anos, passando de 1145 para 6202 grupos. No mesmo período, a participação de grupos com mais de 10 anos cresceu seis vezes, passando de 2035 para 12586, em 2016. Contudo, não há um aumento significativo na participação percentual dos grupos mais antigos no total de grupos, além disso, o tamanho dos Grupos tem aumentado (Gráfico 3). Em 1993, os grupos registrados eram formados em média por menos de seis

integrantes, sendo que em 2016 essa média aumentou para 16, acompanhando a evolução do número de pesquisadores com doutorado. Existe uma dinâmica de criação e extinção de grupos, mas também de realocação de pesquisadores e formação de novos grupos, derivados ou não de grupos antigos, o que pode indicar uma *tendência a maior consolidação* dos grupos em atividade, embora ainda lenta e silenciosamente.

**Gráfico 3:** Evolução do número de pesquisadores e de pesquisadores doutores e do tamanho dos grupos (número médio de integrantes\* cadastrados) – Brasil, 1993-2016.



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados junto aos Censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq.  
\*Soma de pesquisadores, estudantes e técnicos.

Esses dados evidenciam um grande volume de “grupos em potencial”, chamando a atenção para a importância que uma maior institucionalização da pesquisa em equipes poderia ter para a ciência brasileira, em termos de organicidade e de produtividade, caso uma boa parte desses grupos adentrasse movimentos efetivos de consolidação, como procuraremos demonstrar nas seções seguintes.

### Fator projeto para o surgimento dos grupos

Os grupos encontraram condições para surgirem nas universidades com a implantação dos departamentos, cursos de Pós-graduação e programas de iniciação científica, quando emergiram, nos anos 1970 e 1980, alguns princípios de valorização da qualificação e da produção científica e a conciliação entre a docência e a pesquisa (MOCELIN, 2009b). Naquele período, também se estruturou, em âmbito nacional, um sistema decisório composto por

políticas, órgãos e agências de fomento. Depois disso, o DGPB ajudou na formalização dos grupos e a expansão da pós-graduação ampliou exponencialmente o número de mestres e doutores. Essas condições institucionais propícias são mencionadas pelas lideranças mais antigas dos grupos investigados, professores com em média 30 anos de carreira. No entanto, a análise proposta não é assumir uma determinação institucional para o surgimento dos grupos, até porque isso presumiria assumir que os grupos registrados seriam consolidados. Aqui entra o elemento *disposição dos agentes* e o *fator projeto*.

Os grupos são criados a partir de necessidades evidentes e da identificação de oportunidades, por parte dos agentes. As *necessidades* derivam da natureza da profissão científica, que envolve praticar a pesquisa e o ensino, publicar os resultados de pesquisa, desenvolver a

carreira. As *oportunidades* expressam a habilidade dos agentes em mobilizar recursos materiais e humanos disponíveis. Todos os participantes de grupos consolidados mobilizam, em algum grau, regras e recursos para conduzir sua ação no contexto acadêmico. Nesse contexto, o poder dos

agentes está relacionado ao estágio em que se encontram na carreira. Existem “distorções típicas” na distribuição de verbas para as atividades de pesquisa, dado que o critério dos editais se baseia na experiência e na produtividade. Essa situação pode gerar concentração de recursos por alguns grupos.

**Quadro 1:** Caracterização dos Grupos de pesquisa consolidados analisados

Grupo	Área predominante	Criação	Natureza	Tamanho (T)*				
				P	D	M	IC	T
Grupe QG	Biociencia	1985	Institucional	3	8	5	3	19
Grupe EU	Educação	1988	Interinstitucional	8	4	6	4	22
Grupe LV	Ciências Sociais	1998	Interinstitucional	9	4	7	3	21
Grupe SE	Sociologia	2000	Institucional	4	3	4	4	15
Grupe CP	Computação e Geologia	2004	Interdepartamental	4	6	5	7	22

**Fonte:** Dados coletados pelo autor na base corrente do DGPB-CNPq, maio de 2020.

\* Número de componentes do Grupo de pesquisa, pesquisadores (P) e estudantes de doutorado (D), de mestrado (M) e de iniciação científica (IC).

Entre os cinco grupos de pesquisa consolidados analisados no estudo, dois foram criados antes da instituição do DGPB/CNPq (Quadro 1). Quanto à natureza desses grupos, dois caracterizaram-se como institucionais e departamentais; dois interinstitucionais, ou seja, compostos por pesquisadores de diferentes instituições; e um interdepartamental, composto por pesquisadores de dois departamentos de diferentes áreas da Universidade. Destaca-se que os grupos interinstitucionais identificados apresentam maior número de pesquisadores vinculados, mas menor proporção de estudantes por pesquisador, em razão da ausência de cursos de pós-graduação e de programas mais amplos de iniciação científica, nas instituições as quais alguns dos pesquisadores dos grupos estão vinculados. No que tange ao número de participantes dos grupos, nos cinco

grupos analisados observou-se que o tamanho de todos é maior que a média geral de 14 integrantes, expressa no último censo do DGPB (Gráfico 3).

Formar um grupo é uma reação para obter resultados, independentemente de quaisquer circunstâncias. Conforme a pesquisadora líder de um dos grupos investigados da área da Educação: “*A motivação foi obter poder. Em grupo torna-se mais forte. Pertencer a um grupo dá força a todos que participam dele. Poder para fazer pesquisa, e executar, realizar coisas*”. Pesquisadores e estudantes afirmaram em depoimento que a redução de recursos para a pesquisa aumenta a concorrência, mas essa condição não implica parar. Alguns buscam alternativas, e as transformam em oportunidade. Daí se conclui que a situação em que os agentes atuam é recursiva e não apenas restritiva.

As experiências profissionais das lideranças são decisivas para mobilizar o grupo. Nos grupos investigados mais antigos, aonde líderes tiveram a oportunidade de realizar seus doutorados no exterior, nos anos 1980, a influência de modelos de organização da pesquisa, vivenciados em instituições de países desenvolvidos, ficou evidente em depoimentos: “*o que eu vi em Princeton e na Costa Oeste dos EUA e que se desdobrou com ramificações no Colorado... ali pensei como seria bom construir as coisas num grupo que pesquisasse sobre um assunto*”. Para os pesquisadores mais jovens, a sua experiência como estudantes em grupos mais antigos, torna-se igualmente relevante para reproduzir as práticas adquiridas, uma vez que as experiências dos líderes foram *praticadas* nos grupos onde tiveram sua iniciação. Foi possível observar que muitos pesquisadores em início de carreira continuam participando dos grupos em que foram iniciados, mas que participam também de outros, onde, em alguns casos, são líderes. Eles relataram em entrevistas que buscam “*transbordar aprendizados*” do grupo de origem para esses grupos. Essa disposição dos agentes se fortalece em projetos.

No início dos anos 1990 existiu uma política de *Projetos Integrados*, que estimulava a articulação de pesquisadores. Entre os grupos

analisados, dois, formados antes da existência do DGPB, chegaram a participar desses editais do CNPq. Essa modalidade de fomento tinha por finalidade apoiar projetos de equipe, a partir de uma temática comum e corpo teórico-metodológico convergente, e não pesquisas autônomas sob um título; tendo por meta gerar novos conhecimentos, formar recursos humanos para a pesquisa; e integrar grupos emergentes. Em um dos grupos, o projeto integrador encampou 29 subprojetos, sob a coordenação de pesquisadores e doutorandos. A ampliação do quadro de pós-graduandos contribuiu com a diversificação de temáticas e permitiu introduzir a pesquisa interinstitucional, uma vez que alguns eram professores vinculados a instituições. Entre 1991 e 1996, a produção do grupo cresceu de 23 para 324 publicações, os estudantes de graduação produzem recortes dos temas tratados e apresentaram 70 trabalhos de iniciação. O projeto maior serviu de subsídio teórico-metodológico para os subprojetos e, inversamente, esses subsidiavam empiricamente o projeto integrador. Esse formato de projeto proposto pelos pesquisadores e bancado pelas agências de fomento influenciou a consolidação desse grupo. A produtividade individual cresce na medida em que os grupos se desenvolvem.

**Quadro 2:** Número de projetos desenvolvidos e volume da produção científica dos grupos de pesquisa consolidados analisados

Indicadores e resultados	Grupos consolidados analisados				
	Grupe QG	Grupe EU	Grupe LV	Grupe SE	Grupe CP
<b>Ano de criação do grupo</b>	1985	1988	1998	2000	2004
<b>Ano de cadastro no DGPB</b>	1993	1993	2002	2000	2008
<b>Projetos integradores (grupo)*</b>	10	8	6	5	5
<b>Projetos individuais derivados**</b>	28	42	20	18	22
<b>Artigos publicados em periódicos</b>	75	148	230	98	46
<b>Artigos em coautoria***</b>	31	84	186	71	32
<b>Livros organizados pelo grupo</b>	16	32	38	12	5
<b>Capítulos de livros</b>	31	94	112	39	14
<b>Trabalhos de iniciação científica</b>	183	325	114	164	96
<b>Trabalhos em eventos</b>	360	486	321	206	138

**Fonte:** Dados coletados pelo autor e estimativas a partir dos Censos do DGPB-CNPq, currículos Lattes e documentos. \* Número de projetos propostos por pesquisadores do grupo e desenvolvidos pelo grupo da sua criação até dezembro de 2019. \*\* Número de projetos individuais desenvolvidos por pesquisadores, doutorandos e mestrandos vinculados ao grupo e que subsidiam os projetos do grupo, da sua criação até dezembro de 2019. \*\*\* Artigos em coautoria entre membros do grupo, pesquisadores e/ou estudantes.

Não cabe aqui avaliar o grau de produtividade dos grupos analisados ou comparar se os grupos de uma área ou os mais longevos são mais produtivos que os demais, uma vez que existem especificidades nos meios de difusão da produção científica por área, que não são objeto deste estudo. Destaca-se, contudo, que nos grupos analisados a proposição de projetos derivados dos projetos integradores e a produção resultante na forma de livros organizados pelos integrantes dos grupos e artigos em coautoria indicam produção compartilhada, a partir de pesquisa conjunta (Quadro 2). Essa é uma ocorrência em todos os grupos, independente da área ou de sua existência. A análise dos currículos dos pesquisadores e estudantes de doutorado indica, inclusive, acentuada produção individual, com temáticas à parte dos projetos de grupo, mesmo entre os integrantes de grupos, o que indica que

a participação em grupos *fortalece* a produção coletiva e tende a *impulsionar* a produção individual, mas não impede nem anula essa última, pelo contrário, ajuda a potencializá-la.

Pesquisadores entrevistados fizeram referência a um possível retorno desse modelo de fomento por parte das agências nacionais nos próximos anos, especialmente no caso dos editais do CNPq. Essa seria uma tendência também junto aos Programas de Pós-graduação, uma vez que parte das cotas de bolsas concedidas para os estudantes, nos cursos de mestrado e doutorado, ficaria atrelada a projetos desenvolvidos a partir das linhas de pesquisa dos programas e vinculados às áreas eleitas prioritárias, definidas em edital. Variantes desse modelo podem ser observadas em agências de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), onde um coordenador de equipe solicita

por meio de um projeto, recursos de custeio, capital, bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. De fato, não é incomum observar que os pesquisadores vêm se reunindo com outros para a proposição de projetos às agências de fomento, mesmo aqueles de reconhecido mérito.

A reunião de pesquisadores em torno de projetos tende a originar grupos. Além de uma *aliança estratégica*, estão em jogo *relações de confiança* e de compromisso ético. Contudo, esses grupos nem sempre vão se sedimentar, ou seja, acabam por destituírem-se após a execução dos projetos, mesmo que em muitos casos venha a ocorrer, pelo contrário, a consolidação do grupo, conforme se espera. O que ocorre é que o surgimento do grupo não pode estar atrelado apenas à existência do projeto fomentado. Quando o fator projeto não contribui para formar uma “cultura do grupo” suficiente para *estruturar disposições* para dar continuidade ao trabalho, independentemente do projeto, é comum observar que os grupos venham a ser “guarda-chuvas” de pesquisadores, grupos “artificiais”, reunidos pela conveniência, mais do que pela afinidade temática. A consolidação do grupo não se sustenta se a aliança for apenas por uma combinação de forças para obtenção de fomento.

#### **Fator habilidades sociais para o funcionamento dos grupos**

A habilidade dos agentes para instituir o grupo consolidado se fundamenta em pesquisas duradouras e projetos que formem novas gerações de pesquisadores. A cooperação ocorre quando as partes identificam algo a ganhar, pela troca de experiências e informações técnicas, e tudo o mais que possa embasar uma convergência de objetivos e interesses. Os grupos desenvolvem práticas sedimentadas na

afinidade temática, que é o *interesse pelo tema de pesquisa*, e isso, combinado com outros elementos, como o desdobramento de objetos de pesquisa no tempo e no espaço, que é o *interesse pela prática*, por exemplo, pode indicar sua consolidação, principalmente se o resultado for maior debate, maior produção, maior circulação, maior divulgação do conhecimento, maior inserção no campo.

Os estudantes que são iniciados sob essas práticas assimilam a organização em grupos como parte do fazer científico. Em todos esses grupos se observa que estudantes a eles vinculados 10 anos atrás hoje ou são pesquisadores dos grupos, ou assumiram cargos de liderança nesses grupos ou se tornaram líderes de novos grupos. A incorporação de uma *crença* na prática da pesquisa em grupo, por parte dos egressos, está relacionada tanto à criação de novas linhas de pesquisa quanto à formação de grupos genuinamente novos. O estudante se envolve com o projeto do grupo, busca reproduzir essa prática durante a evolução de sua carreira, mesmo que sua trajetória o conduza a outras instituições, conforme esse depoimento da pesquisadora líder de um grupo das Ciências da Computação: “*Nós criamos coisas com a ajuda dos estudantes, eles se envolvem, enxergam seu trabalho, e entendem que aquilo pode impulsionar suas carreiras... aqui ou no mercado. Quando o estudante quer, ele mergulha, fica se torna nosso colega, se não aqui, em outra Universidade, num IF [Institutos Federais], numa privada. A gente acompanha, aqui ou em outro estado. E onde estiver, continua o trabalho, cria seu próprio grupo, continua nosso parceiro*”. O egresso de um dos grupos, que se tornou professor de outra instituição, afirma que busca estabelecer o modelo onde atua hoje,

embora as condições não sejam tão favoráveis quanto na UFRGS, e justifica que o trabalho isolado é “contraproducente”.

Esse movimento é observado em todos os grupos analisados, com maior ou menor incidência, quando se analisam os currículos de egressos que seguiram carreira acadêmica. Esses fatos tendem a demonstrar que os grupos podem seguir uma tendência de reestruturação ou de desmembramento em novos grupos, significando uma evolução natural das pesquisas ou o surgimento de novas lideranças no seu interior, apontando para uma possível reorganização das alianças entre os pesquisadores, em função de novos interesses de carreira ou de novas perspectivas de pesquisa. Curiosamente, a maior parte desses novos grupos, mesmo que fundados longe da sua origem, acabam por dar continuidade às temáticas e linhas de pesquisa originárias. Esse movimento é indicativo da força que um grupo consolidado pode ter, demarcando uma espécie de genealogia, conforme observado por Zarur (1994).

Nos grupos de origem, pesquisadores em ascensão também foram alçados ao papel de líderes desses grupos, por convite das lideranças tradicionais, em geral quando essas encaminham sua aposentadoria. Existe uma fidelidade construída em torno da atuação no grupo. Essa relação de confiança mútua é um elemento significativo no desenvolvimento das práticas de grupo. Nesse “jogo” entre os participantes, além da experiência, passa a valer a produtividade e o conhecimento novo, ou seja, não basta ter capital científico, é preciso ter ideias. Estudante e pesquisadores iniciantes trazem *insights* ou novas metodologias para um grupo consolidado, mas eles podem precisar

de um grupo para alavancar seus projetos. Esse movimento de reciprocidade favorece a coesão dos grupos. Trata-se da habilidade de angariar adeptos.

### **Fator adesão para a consolidação dos grupos**

Não existe uma “receita do bolo” para consolidar um grupo. A trajetória dos grupos investigados mostrou situações específicas e condições bastante particulares, que dizem respeito às redes das quais participam e às instituições em que seus participantes fazem suas trajetórias. Contudo, existem aspectos convergentes, padrões que definem a equipe e caracterizam o modo de produzir pesquisa, buscar reconhecimento e ocupar espaços. A reprodução do modo de praticar a atividade científica, desenhada pelos grupos, é o que define a sua consolidação. Não é o projeto de pesquisa, mas a adesão ao projeto de grupo que *socializa* novos pesquisadores, sob algumas prerrogativas.

O grupo consolidado não suspende a relação entre orientador e orientados, mas a modifica, a torna mais horizontal, menos hierárquica e articulada. Existem outros pesquisadores e outros estudantes relacionados. Porém, aderir e contribuir com o grupo significa *acreditar* nessa escolha e se *envolver* com os pares com quem atua, *aderir* ao paradigma com que se investiga; *participar* de pesquisas relacionadas; *promover* os resultados publicados; *difundir* o trabalho realizado. Uma professora aposentada e que atua como pesquisadora colaboradora de um grupo da Sociologia criado por ela em 1998, comenta: “*Nosso grupo surgiu antes de ser cadastrado no Diretório. Já atuávamos como uma equipe, professores e bolsistas, a partir do*



*projeto da Pró-Reitoria de extensão. Mais tarde, transferi a responsabilidade pelo grupo para jovens professores, que foram estudantes no nosso laboratório. Eles registraram o grupo lá no CNPq, assumiram a liderança, e ampliaram o que a gente fazia”. A adesão ao grupo*

deriva de assimilar uma forma de compreender a lógica da atividade científica e de se dispor a segui-la e a sedimentá-la. Não se trata, portanto, de medir a eficiência da adesão a grupos em termos de resultados quantitativos, mas sim qualitativos.

**Quadro 3:** Número de egressos dos grupos de pesquisa consolidados analisados formados com titulação de doutor e tipo de vinculação

Grupo	Criação	Tamanho*	Doutores egressos		
			Formados **	Vínculo interno ***	Vínculo externo ****
Grupe QG	1985	19	31	8	17
Grupe EU	1988	21	32	7	20
Grupe LV	1998	21	22	5	10
Grupe SE	2000	15	23	4	15
Grupe CP	2004	22	14	3	8

**Fonte:** Dados coletados pelo autor a partir dos Censos do DGPB-CNPq. \* Número total de componentes do Grupo de pesquisa, pesquisadores e estudantes de doutorado, de mestrado e de iniciação científica, na base corrente do DGPB-CNPq, maio de 2020. \*\* Número de doutores formados pelo grupo desde a sua criação. \*\*\* Número de doutores formados pelo grupo e que possuem vínculo estatutário com a própria instituição. \*\*\*\* Número de doutores formados pelo grupo e que possuem vínculo estatutário com instituições de ensino superior externas.

Não se pode afirmar pelos dados coletados, a partir do estudo de cinco grupos de pesquisa consolidados, que esses são altamente produtivos na formação de doutores. O que se pode afirmar é que eles *formam* doutores com a cultura do Grupo e, por essa razão, parecem tender a potencializar a vinculação institucional dos seus egressos. Neste sentido, não coube averiguar se os grupos são produtivos pela quantidade de doutores que formam, mas se efetivamente os doutores formados encontraram vinculação institucional condizente. Entre esses egressos, nos cinco grupos analisados, foi possível verificar uma elevada taxa de continuidade na trajetória acadêmica dos doutorandos formados a eles até então vinculados (Quadro 3), seja tal vinculação institucional em sentido endógeno (na

própria instituição) ou exógeno (para outras instituições).

Pesquisadores e estudantes estão enredados sob muitas condições que eles não controlam, mas da qual participam, o que os conduz a formular estratégias de inserção, que vinculam motivações coletivas e individuais. A adesão ao grupo é condicionada mediante a adequação do participante em potencial a uma forma de atuação condizente com as expectativas dadas, representando a lógica de funcionamento do grupo como ela é. Posteriormente, quando assimilada e desenvolvida a habilidade para agir no grupo, a inserção assume novo patamar, que possibilita até mesmo alterar as condições existentes, representando a lógica de como o grupo pode vir a ser. Neste sentido, não se configuram rupturas, mas reformulações nas ações

dos agentes envolvidos em patamares mais desenvolvidos de atuação. A importância no grupo se amplia quanto mais se engaja. Em termos de inserção na comunidade acadêmica mais ampla, essa disposição sugere que há percalços e custos, mas também que há opções coletivas e ganhos individuais para os atores, quanto mais eles estão *imersos* nesses espaços de promoção científica.

### **Os grupos como alternativa promissora**

No Brasil, a Ciência está fortemente atrelada às universidades e ao Estado. Esse, por vezes, apresenta políticas restritivas, contingenciando investimentos em pesquisa e educação. Atualmente, esse cenário ainda inclui uma incompreensível desvalorização da atividade científica por segmentos da sociedade. Mesmo com a crescente complexidade da infraestrutura científica brasileira forjada nos últimos quarenta anos: expansão do sistema de Ciência, Pesquisa e Inovação, criação de novas universidades, aumento do número de doutores, ampliação da produção científica nacional; muitas análises destacam as restrições, barreiras e perdas. Abordagens desta natureza são importantes para evidenciar as contradições emergentes. Porém, igualmente importante é abordar o desenvolvimento científico do país sob a perspectiva dos agentes, examinando como eles desenvolvem estratégias na tentativa de alcançar suas expectativas profissionais e superar crises e dificuldades, procurando caminhos mais promissores para sua prática, buscando novas *oportunidades científicas* e criando seus próprios cenários de atuação. Esses movimentos são elaborados pelos pesquisadores de forma hábil e criativa, e, em grande parte, decorrem da ação por meio de grupos de pesquisa consolidados.

O grupo consolidado emerge de uma trajetória crescente, construída por indivíduos *interessados* em produzir conhecimento, defender ideias e ocupar espaços. O registro de um grupo no DGPB não determina a sua consolidação, tão pouco sedimenta uma prática de pesquisa. O DGPB proporciona maior visualização para os grupos, a partir do vínculo institucional dos participantes que o compõem; é uma política formalizadora, que coloca os grupos em cena, mas a sua consolidação exige iniciativas mais ambiciosas. Um grupo não nasce pronto. Pensado como uma unidade “orgânica”, o grupo segue um fluxo contínuo de atividades científicas evolutivas: ele nasce, cresce, se desenvolve, se desdobra, e/ou morre. A sua existência depende da *habilidade* dos seus participantes moldarem suas práticas acadêmicas, a partir de uma *história compartilhada* por suas lideranças e alimentada por novos participantes. A forma como os grupos consolidados disseminam essas práticas está vinculada à avaliação que os agentes interessados fazem das suas perspectivas de carreira e dessas interações que estabelecem em grupos para realizá-las.

A pesquisa em grupo não é uma tendência de áreas do conhecimento. Mesmo que haja diferenças históricas que acompanham a gênese de cada grande área, não é possível negar a *função dinâmica* que os grupos produzem na atividade científica, em todas as áreas. Nas áreas mais acadêmicas, como nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, os grupos têm estabelecido relações com organizações não governamentais e da sociedade civil, órgãos da Justiça, instituições da segurança pública, sindicatos, movimentos sociais. Nas áreas Tecnológicas, os grupos têm se

caracterizado como *pontes* entre a Ciência básica e o setor produtivo. Nas Ciências da Saúde, os grupos são porta de entrada para pesquisas com organizações hospitalares e parcerias com serviços de atendimento à saúde e com a indústria farmacêutica. Nas Ciências da Computação, os grupos interagem com empresas e multinacionais de tecnologia. Em diversas áreas, os grupos se relacionam com centros de empreendedorismo, sendo inclusive, em muitos casos, espaços de geração de *startups* e *spin-off* de projetos de pesquisa. Por expressarem uma coalizão de forças, os grupos consolidados dão maior *maleabilidade* à ação dos pesquisadores, ajudando a interpenetrar barreiras institucionais ortodoxas e administrativas, que por vezes se colocam como impedimento a inovações na pesquisa.

Longe de ser um debate novo, afinal de contas essa concepção do trabalho científico compartilhado por equipes já estava presente, implícita ou explicitamente, nos estudos clássicos da Ciência, o problema da consolidação dos grupos, como uma prática efetiva da atividade científica no Brasil, permanece em aberto. Talvez em razão das discontinuidades nas políticas científicas e tecnológicas, que pecam na promoção de uma *arquitetura* mais orgânica e sustentável da atividade de pesquisa. Quem sabe em virtude da ainda “prematura” profissionalização da comunidade científica. Quando se busca abordar a temática dos grupos pelo estudo de casos exemplares, é possível evidenciar o potencial dessa concepção de trabalho científico como algo promissor, viável e desejável. Se essa é a melhor alternativa para o desenvolvimento científico e para o sucesso das novas gerações de pesquisadores, não podemos dizer. O

que é possível afirmar é que os exemplos estão aí! Resta esperança, caso encontremos mais evidências para acreditar nessa alternativa e se a colocarmos desde já em prática. Cabe aos grupos de pesquisa continuar a ocupação do espaço acadêmico.

#### Referências

- BARCELOS, R. L. G.; MOCELIN, D. G. Ciência e Mercado: Impasses na institucionalização de práticas empreendedoras em uma universidade pública brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-25, 2016.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 314p.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. O campo científico. IN: ORTIZ, R. (Org.) **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo, Ática, 1983. (p.122-155).
- FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 61-80, 2007.
- FRANCO, M. E. D. P. (Orgs.). **Universidade, Pesquisa e Inovação**: o Rio Grande do Sul em perspectiva. Passo Fundo: EdiUPF; Porto Alegre: Edipucrs, 1997. 453p.
- FRANCO, M. E. D. P.; MOCELIN, D. G. Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. IN: MOROSINI, M. C. (Org.) **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Brasília: INEP/MEC, 2006.
- GIBBONS, M. **The New Production of Knowledge**: the dynamics of science and research in contemporary societies. Londres: Sage, 1994.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GUIMARÃES, R. **Avaliação e fomento de C&T no Brasil**: proposta para os anos 90. Brasília: MCT/CNPq, 1994.
- JOAS, H. **The Creativity of Action**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- KNORR-CETINA, K. D. **The manufacture of Knowledge**: an essay on the constructivist and contextual nature of Science. Oxford: Pergamon Press, 1981a.

KNORR-CETINA, K. D. Social and scientific method or what do we make of the distinction between the natural and the social sciences? **Philosophy of the Social Sciences**, n. 11, p. 335-359, 1981b.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. 310p.

MERTON, R. K. **The sociology of science: theoretical and empirical investigations**. Chicago: The University of Chicago, 1973. 605p.

MOCELIN, D. G. Desenvolvimento e avaliação dos grupos de pesquisa: em busca da consolidação IN: SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **A pesquisa e suas implicações para a sociedade**. Santa Cruz do Sul-RS: Edunisc, 2012 (p. 8-15).

MOCELIN, D. G. Concorrência e aliança entre pesquisadores: reflexões acerca da expansão de grupos de pesquisa dos anos 1990 aos 2000 no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Capes, v.6, n. 11, p. 35-64, 2009a.

MOCELIN, D. G. Formação de grupos de pesquisa e prática de pesquisa em grupo IN: FRANCO, M. E. D. P.; LONGUI, S. M.; RAMOS, M. G. (Orgs.). **Universidade e Pesquisa: Espaços de produção do conhecimento**. Pelotas: UFPel, 2009b. (p. 239-256).

MOCELIN, D. G.; FRANCO, M. E. D. P. Formação de Grupos de Pesquisa e Prática de Pesquisa em Grupo. IN: MOROSINI, M. C.

(Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Brasília: MEC/INEP, 2006a.

MOCELIN, D. G.; FRANCO, M. E. D. P. Grupo de pesquisa. IN: MOROSINI, M. C. (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Brasília: MEC/INEP/RIES, 2006b.

NEUTZING, L.; MOCELIN, D. G. Complexidade institucional e grupos de pesquisa na Universidade. *Anais do XIII Salão de Iniciação Científica da Ufrgs*, realizado de 11 a 15 de março de 2002. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

NEVES, C. E. B. Universidade e institucionalização da pesquisa: reflexões sobre uma experiência. **Cadernos de sociologia**, v. 8, p. 127-160, 1998.

SANTOS, J. V. T. A nova organização do trabalho científico. IN: MOROSINI, M. (Org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994. (p. 178-187).

SANTOS, J. V. T.; ROCHA, M. A. A construção de Estruturas para a Generalização da Pesquisa na Universidade: O caso da UFRGS. IN: FRANCO, M. E. D. P. *et al.* (Orgs.) **Universidade, Pesquisa e Inovação: o Rio Grande do Sul em perspectiva**. Passo Fundo: Ediupf; Porto Alegre: Edipucrs, 1997. 453p.

ZARUR, G. C. L. **A Arena Científica**. Campinas-SP: Autores Associados, 1994. 196p.

Recebido em 2020-08-24  
Publicado em 2021-09-01